

O Cerco do Porto — representações no periódico *Gazeta de Lisboa* (1832-1833)

Cláudia Alexandra Neves Vieira

claudiavieiraa1@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as representações do Cerco Militar do Porto, ocorrido entre 1832 e 1833, através do periódico *Gazeta de Lisboa*. Desta forma, neste estudo, pretende-se avaliar a posição do jornal em relação às duas facções em confronto (absolutista e liberal), bem como realizar a análise dos vários conflitos militares ocorridos, das formas de socorro adotadas para auxílio dos soldados feridos e do sofrimento e privações causados à população sitiada.

Palavras-chave: Cerco do Porto, *Gazeta de Lisboa*, D. Miguel, D. Pedro, Absolutismo, Liberalismo.

Abstract

This article's main purpose is to analyse the representations of the Siege of Porto, which occurred between 1832 and 1833, using the source *Gazeta de Lisboa*. Therefore, in this study, the main goal resides in the evaluation of the newspaper's position regarding the two opposite fronts (royalist and liberal), as well as analyse the military confrontations, the forms of medical care and help for the wounded soldiers and also the pain and suffering endured by the population in the sieged city.

Keywords: Siege of Porto, *Gazeta de Lisboa*, D. Miguel, D. Pedro, Royalism, Liberalism.

Introdução

O presente estudo centra-se na análise das representações do Cerco do Porto no periódico *Gazeta de Lisboa* entre 1832 e 1833.

Relativamente ao estado da arte, revelaram-se fundamentais para a compreensão do tema em análise três estudos.

Destaca-se, primeiramente, o *Cerco do Porto 1832-1833* da autoria de David Martelo¹. Esta é uma obra de carácter marcadamente militar que expõe os movimentos e estratégias bélicas do cerco com o maior detalhe e precisão.

¹ MARTELO, David – *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*. Lisboa: Tribuna da História, 2001.

De seguida, evidenciou-se fundamental a análise da dissertação de mestrado *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco* de Fátima Pereira², que aborda o dia a dia de um Porto cercado e, entre outros assuntos, a situação crítica dos hospitais que se encontravam lotados de soldados feridos em batalha a necessitarem de assistência urgente.

Por último, oferece-se destaque à introdução redigida por Francisco Ribeiro da Silva na obra *Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*³ que apresenta não só informação bastante relevante em relação ao cerco em causa mas também uma explicação esclarecedora acerca do conteúdo e aspetos a ter em atenção quanto ao riquíssimo testemunho aí publicado.

As questões de investigação que guiaram a pesquisa foram as seguintes:

- Sendo a *Gazeta de Lisboa* o órgão oficial do país, como representou as duas fações do conflito, numa primeira fase enquanto jornal oficial da monarquia absoluta e, depois, numa segunda fase, como diário oficial da monarquia liberal?
- Como é representado o Cerco do Porto a nível das operações militares e do socorro dos soldados feridos?
- Quais as representações do sofrimento de uma população sitiada?

A fonte principal utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi o periódico *Gazeta de Lisboa*⁴, cuja seleção se justifica pelo facto de ser o diário oficial do reino, contendo, assim, numerosas informações sobre o assunto.

Relativamente à sua história, este periódico passou por várias alterações de nome. No que diz respeito ao período em análise, após o golpe absolutista da Vila-Francada, mais exatamente a partir de 5 de junho de 1823, denominou-se *Gazeta de Lisboa* e assim permaneceu até 23 de julho de 1833.

Com o início da restauração constitucional, a 25 de julho de 1833, passou a designar-se *Crónica Constitucional de Lisboa*, título que manteve até 30 de julho de 1834⁵.

Foram ainda utilizadas duas fontes narrativas, que contêm testemunhos presenciais circunstanciados dos acontecimentos.

² PEREIRA, Fátima Patrícia Silva — *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*. Porto: [Edição do Autor], 2014. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à FLUP.

³ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” In. *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010.

⁴ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional (1832-1833).

⁵ A *Gazeta de Lisboa* encontra-se disponível para consulta *on-line* através do endereço eletrónico <https://catalog.hathitrust.org/Record/009408725>, que remete para a página da Biblioteca Digital Hathi Trust, e foi através deste *website* que se procedeu à sua consulta e análise.

Uma delas é *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen*⁶, que fornece a perspetiva do Coronel Hugh Owen sobre os acontecimentos do Cerco do Porto. Este oficial vivia no Porto quando, em 1832, o exército liberal chegou dos Açores e ocupou a cidade. D. Pedro chamou-o para comandante da cavalaria, mas Owen, por ser cidadão britânico, recusou a proposta, de acordo com as ordens delegadas pelo governo do seu país. Não obstante, colaborou com os liberais durante o cerco da cidade e todas as noites D. Pedro recebia Owen no seu gabinete.

Este relato expõe as movimentações militares com bastante pormenor, assim como a configuração da situação sociopolítica da época.

Foi ainda utilizada a fonte narrativa *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 por um portuense*⁷. Trata-se, desta feita, do testemunho de um portuense anónimo, defensor acérrimo da causa liberal de D. Pedro, figura que considera ser o pai da Pátria. Quanto a D. Miguel, considera-o um traidor e um impostor. Apesar de ser um testemunho francamente parcial, revela-se fundamental para os estudos dos acontecimentos do Cerco do Porto.

1. Contextualização Histórica

Após a morte de D. João VI, em março de 1826, “D. Pedro outorgou uma Carta Constitucional (com o poder moderador atribuído ao rei e duas câmaras, sendo a dos deputados por eleição indireta e a dos pares composta por elementos de nomeação régia)” e abdicou da coroa portuguesa em sua filha D. Maria da Glória⁸.

No ano seguinte, o “Imperador do Brasil” nomeia D. Miguel como Regente, sob o compromisso de o mesmo se casar com a sobrinha e este jura a Carta Constitucional. Mas, na verdade, D. Miguel não aceitou as condições propostas por seu irmão e acaba por dissolver as câmaras parlamentares, declarando-se rei absoluto “com base no pedido do Senado da Câmara de Lisboa de 25 de abril de 1828”⁹. Como reação a esta atitude, considerada pelos liberais como uma “usurpação do trono”, eclodia a 16 e 17 de maio de 1828 no Porto um movimento militar de índole liberal. Daqui resultaram vários confrontos, mas depressa os apoiantes de D. Pedro se aperceberam que “as tropas fiéis a D. Miguel eram bastante superiores e dispunham de generais mais

⁶ *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen* (pref. e notas de Raul Brandão). Porto: Renascença Portuguesa, 1920.

⁷ *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010.

⁸ ALVES, Jorge Fernandes — *A Cidade Liberal: da Revolução à estabilização do Regime*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 27.

⁹ ALVES, Jorge Fernandes — *A Cidade Liberal: da Revolução à estabilização do Regime*, p. 30.

experimentados”¹⁰, revelando-se impossível a sua derrota e verificando-se a afirmação do regime absolutista.

A esperança de reverter o *statu quo* é reavivada quando se dá a revolta liberal de 22 de junho de 1828 na ilha Terceira e o exército miguelista é derrotado ao tentar recuperar o controlo do arquipélago, em 1829. Com efeito, a partir deste momento, todas as ilhas açorianas ficaram sob a alçada dos liberais.

Dois anos mais tarde, e perante o rumo dos acontecimentos, D. Pedro abdica da coroa brasileira, deixando uma regência a governar o país na menoridade do seu filho, futuro D. Pedro II. Agora, com liberdade de ação, assume o controlo da causa liberal e, em 1832, retoma o título de duque de Bragança, autoproclamando-se regente do trono português em nome de sua filha D. Maria da Glória. Consegue angariar o apoio de muitos liberais exilados em Inglaterra e em França (bem como o apoio oficioso destas potências em “artilharia, armas, munições, fardamentos, cavalos, recrutas e mantimentos de toda a espécie para o exército e para os portuenses”)¹¹ e organiza uma expedição militar, alcançando a ilha Terceira a 3 de março de 1832, “onde já se encontrava a Regência presidida por Palmela, e ali assume ele próprio discricionariamente, nomeando o Conde de Vila Flor comandante da projetada expedição ao continente”¹². Tendo o domínio da ilha sido recuperado, D. Pedro realiza os preparativos necessários e, a 8 de julho de 1832, a expedição liberal desembarca em Pampelido, no Mindelo:

O desembarque foi feito com tal presteza, e a disposição das tropas foi tão rápida, que às seis horas da tarde aquelas posições estavam ocupadas, e às nove da noite o exército libertador achava-se desembarcado sem a mais leve resistência, e preenchidos completamente os desejos do Senhor D. Pedro¹³.

A partir deste momento e até agosto de 1833, os exércitos liberal e miguelista enfrentar-se-ão tendo a “cidade invicta” como pano de fundo.

¹⁰ MARTELO, David — *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*. Lisboa: Tribuna da História, 2001, p. 12.

¹¹ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010, p. 64.

¹² DÓRIA, António Álvaro — *Movimentos Políticos do Porto no Século XIX*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1961, p. 157.

¹³ OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen* (prefácio e notas de Raul Brandão). Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 55.

Esta guerra civil assumiu as características de um duelo desigual, “entre um punhado de exilados liberais, ajudados pela França e pela Inglaterra, e a esmagadora maioria da Nação, apoiada num exército regular de mais de 80.000 homens”¹⁴.

Segundo o primeiro duque de Palmela, o Cerco do Porto divide-se em três fases: a primeira, vai da chegada dos liberais até à batalha de Souto Redondo; a segunda, começa no dia após este confronto – que marca definitivamente a resolução de fortificar o Porto – e prolonga-se, depois, até à derrota miguelista do dia de S. Miguel. Assim, as linhas de defesa principiavam em Campanhã e continuavam em direção ao monte do Senhor do Bonfim, casa e Quinta Vermelha, alto da Póvoa e Aguardente. Depois, prolongavam-se pelo Monte Pedral até ao Monte Cativo, fazendo caminho pelo Bom Sucesso, Boa Viagem e Biscalho, seguindo a margem do rio até ao sítio da China. Estas linhas eram guarnecidas por quinze baterias do exército liberal. Por fim, a terceira e última fase, começa e finda com o assédio, em 20 de agosto de 1833¹⁵.

Foram meses de bombardeamentos, carnificina, fome, peste (“a *colera morbus* fez mais estragos”)¹⁶, sobressalto, hospitais lotados, terror e morte para os portuenses.

A economia nacional, já desastrosa, acabou arruinada, colocando o país à mercê dos credores externos¹⁷. Faltava o dinheiro, a indústria era praticamente inexistente, a agricultura arcaica e as redes de estradas e transportes precárias¹⁸. Era este o cenário de um país pobre, no qual a mendicidade e a fome imperavam.

Finalmente, a 8 de agosto de 1833, a ofensiva liberal no setor oriental das linhas do Porto põe termo ao cerco da cidade, que se manteve durante 13 meses. Assim, ao cabo de mais de um ano, os liberais saíam vitoriosos de um cerco pelo qual deram a vida e até o “coração”¹⁹.

No final do conflito, o exército liberal contou – entre mortos, feridos e prisioneiros – cerca de 3478 perdas, enquanto que o exército miguelista registou perdas na ordem dos 23 004 homens²⁰.

¹⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira — *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 453.

¹⁵ FERRÃO, António — *Reinado de D. Miguel, Volume I, O Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Comissão de História Militar, 1940, p. 290.

¹⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010, p. 171.

¹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira — *Breve História de Portugal*, p. 453.

¹⁸ DÓRIA, António Álvaro — *Movimentos Políticos do Porto no Século XIX*, p. 153.

¹⁹ Em 1834, no seu leito de morte, D. Pedro pede que lhe seja o concedido o desejo de entregar o seu coração aos portuenses. O coração encontra-se ainda hoje depositado na Igreja da Lapa, na cidade do Porto.

²⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*, p.172.

2. *Gazeta de Lisboa* – absolutismo versus liberalismo

Sendo a *Gazeta de Lisboa* o órgão oficial do regime, não surpreende que atravessasse a quase totalidade da duração do Cerco do Porto veiculando a perspetiva do governo absolutista, pateando apoio incondicional à causa de D. Miguel e desdém perante o atrevimento dos liberais na sua luta. Considerava que D. Pedro não tinha a mínima hipótese contra o fortíssimo exército comandado por seu irmão e que a sua causa se encontrava, à partida, inelutavelmente perdida, como que só um milagre o pudesse salvar²¹ (“nenhuma esperança de qualquer próspero êxito da quixotesca expedição de D. Pedro”)²².

Esta posição vincada do periódico inverter-se-ia aquando da mudança de regime, que se verificaria em finais de julho de 1833, quando os liberais tomam as rédeas do poder.

2.1 *Gazeta de Lisboa* – diário oficial do absolutismo

Interessa, agora, perceber as estratégias do periódico no tocante à difusão e publicitação da causa absolutista, bem como à exaltação das suas virtudes e vitórias, em contraste com o ataque cerrado que empreende relativamente à facção liberal, como adiante se verá.

Portanto, nesta fase, é evidente a glorificação do regime absolutista e do seu monarca – D. Miguel – considerado o único e incontestável rei legítimo de Portugal. Esta tomada de posição é facilmente constatável através da publicação de discursos de D. Miguel aos portugueses em geral ou aos soldados em particular.

A título de exemplo, destaca-se um discurso publicado na edição do dia 12 de julho de 1832. Numa primeira parte, D. Miguel dirige-se aos portugueses, denegrindo a imagem e as intenções dos liberais e sua causa. Apelida-os de “rebeldes” e “punhado de perversos”, que demonstram um completo desrespeito pelas “antigas instituições em que o Reino sempre se fez temido”, apoiando-se em ideais absurdos e no “auxílio de uns poucos de estrangeiros” que privarão os portugueses das suas liberdades e bens, submetendo-os à escravidão e anarquia²³. O monarca recorda os portugueses dos seus esforços e coragem na luta durante as Invasões Francesas, esperando que, face às novas provações que se evidenciam, a população se mantenha firme a seu lado: “Correi,

²¹ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, nº 214, 10/09/1832.

²² *Gazeta de Lisboa*, nº 213, 08/09/1832

²³ *Gazeta de Lisboa*, nº 163, 12/07/1832.

pois, todos às Armas para desempenhardes tão nobre feito! [...] cooperai com o Meu Valente Exército”²⁴.

Por outro lado, a *Gazeta de Lisboa* tenta passar a ideia de que a população de todas as localidades do país se encontrava tranquila e confiante, apoiando de forma entusiástica a causa miguelista: “De Aveiro, Barcelos, Évora, [...] Tomar, Torres Novas, Viana [...] referem existir ali não só a maior tranquilidade, mas os seus habitantes animados do melhor espírito a favor da causa de El-Rei Nosso Senhor e da Nação”²⁵. Com certeza que apoiantes do absolutismo existiam, mas havia também significativos focos liberais, embora, em muitos casos, as pessoas não se manifestassem nesse sentido com receio de sofrer represálias.

A figura de D. Miguel é de tal forma acarinhada que o periódico faz questão de mencionar que sempre que o monarca visitava uma localidade, a população ficava extasiada e preparava a sua receção a rigor, decorando os lugares com magníficos “arcos, alguns com legendas análogas”, “girândolas de fogo”, as ruas “juncadas de louro e plantas aromáticas”, “repiques de sinos e todas as mais demonstrações de júbilo e alegria”²⁶.

São frequentes referências às revistas passadas às tropas por D. Miguel. Normalmente, em todas as suas avaliações, o rei fica perfeitamente satisfeito com o “asseio, boa ordem, disciplina e espírito de todos os corpos do Seu Exército”²⁷. Nestas suas expedições, D. Miguel fazia questão de visitar os hospitais onde se encontravam, não só os soldados feridos que lutaram em seu nome, assim como os soldados rebeldes feitos prisioneiros, demonstrando a “Sua Piedade e Clemência”²⁸.

Do outro lado do conflito, também D. Pedro visitava os hospitais, “auxiliando e confortando inimigos, feridos e caídos em seu poder”²⁹, mas, naturalmente, por esta altura, a *Gazeta de Lisboa* não refere este tipo de aspetos, sendo o objetivo principal apoiar D. Miguel e o absolutismo e denegrir D. Pedro e o liberalismo.

Exalta-se também (caindo por várias vezes num certo exagero e repetição) a força, superioridade e boa preparação do exército realista.

Habitualmente, em relatos referentes a movimentações militares, aponta-se o exército de D. Miguel como “formidável” e “ardendo em brio, cheio de patriótico entusiasmo, gritando – Viva Portugal! – Viva El-Rei o Senhor D. Miguel! – guerra de

²⁴ *Gazeta de Lisboa*, nº 163, 12/07/1832.

²⁵ *Gazeta de Lisboa*, nº 188, 10/08/1832.

²⁶ *Gazeta de Lisboa*, nº 262, 05/11/1832.

²⁷ *Gazeta de Lisboa*, nº 304, 24/12/1832.

²⁸ *Gazeta de Lisboa*, nº 304, 24/12/1832.

²⁹ OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen*, p. 190.

mortes aos verdugos rebeldes”³⁰. Apesar de ser verdade que os realistas se encontravam “melhor apetrechados do que os liberais”³¹, rapidamente perderam as ilusões de uma campanha rápida. É certo que se apresentavam superiores em número e armamento, mas o peso dos números não impediu, no final, a vitória de D. Pedro e seus apoiantes.

Para além de se sublinhar a bravura e valentia do exército, abundam alusões ao facto de se encontrar bem alimentado, consumindo pão, vinho e carne, bem fardado e com acampamentos com excelentes condições³².

Finalmente, são frequentes os discursos que incentivam a população a pegar em armas contra os liberais, ato praticamente apresentado como uma obrigação para a defesa da Pátria, em honra do rei e do regime: “Correi todos às armas, pois a causa a ninguém toca mais do que a vós [...] e lançai mão das fadigas militares [...] para recuperarmos a ventura que Portugal há tanto tempo tem perdido”³³.

Do lado oposto das trincheiras, encontram-se os liberais, a quem a *Gazeta* prodigaliza apodos pejorativos: são apresentados como “rebeldes”, “usurpadores” e “salteadores” que vieram perturbar a boa ordem e tranquilidade do reino.

Também frequentes são as menções às deploráveis condições com que se defrontavam, pela falta de fardamentos adequados ou pela sua escassa alimentação: é “muito sensível a falta de pão, pois dando-se aos soldados até agora um pão para 4, nem isso mesmo eles já têm, pois só lhes dão batatas ou arroz. Também têm falta de carne, e os soldados há muito que não recebem senão bacalhau”³⁴.

Mas não é só a situação material das tropas liberais que a *Gazeta* se preocupa em rebaixar; também aponta a má condição do seu exército (“rebeldes têm muito poucas tropas, e muito desanimadas”)³⁵ e difunde a ideia que o seu estado é de profundo abatimento num desânimo constante por perceberem que não são capazes de fazer frente ao forte exército de D. Miguel, por verem o apoio da população aos realistas e por passarem dificuldades de toda a espécie.

Também o seu carácter é fustigado, sendo acusados de cometerem as maiores atrocidades. São vários relatos de desertores liberais que acusam as tropas de D. Pedro da recruta de homens à força. Por exemplo, apresenta-se na edição de 12 de novembro de 1832, a descrição da chegada a Valongo de 7 ingleses e uma mulher vindos do Porto,

³⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº 168, 18/07/1832.

³¹ MARTELO, David – *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 32.

³² *Gazeta de Lisboa*, nº 250, 22/10/1832.

³³ *Gazeta de Lisboa*, nº 184, 06/08/1832.

³⁴ *Gazeta de Lisboa*, nº 255, 27/10/1832.

³⁵ *Gazeta de Lisboa*, nº 176, 27/07/1832.

que pensavam vir para Portugal para trabalhar com a promessa de grandes salários. Contudo, foram alojados num convento e os liberais “apenas lhes deram mesquinamente de que alimentar-se, e o soalho para dormir”, estando ali, na verdade, alistados para servir o exército de D. Pedro. Recusando-se a combater foram ameaçados com castigos, sendo severamente punidos se fugissem³⁶. Pelas mesmas razões, surgem relatos acerca de franceses e ingleses que desertaram, recusando-se a servir as baterias de D. Pedro, desgostosos com as condições e tratamento que encontraram. Alega-se mesmo que a razão para não existirem ainda mais desertores, prende-se com “os severos castigos que sofrem aqueles suspeitos de querer desertar, e a extrema vigilância que se guarda sobre eles”³⁷.

Os liberais são tidos como “selvagens”, que roubam e destroem tudo por onde passam: “As Guardas avançadas dos rebeldes, que tinham passado de Vila Nova [...] retiraram-se do Porto, onde têm feito imensos roubos em pratas, nos sinos das Igrejas, e em tudo quanto têm podido pilhar”³⁸. Adicionalmente, são acusados de desprezarem as leis da religião católica. Esta sua suposta irreligião é assente nas acusações de expulsarem os religiosos dos conventos (ou até de destruírem as próprias instalações) para os acantonarem em abarracamentos (“fizeram as maiores hostilidades roubando, e lançando fogo ao Convento dos Frades de Santo António”)³⁹. A destruição seria de tal ordem que a Câmara Municipal do Porto se viu obrigada a tomar urgentes “providências em consequência do grande destroço”⁴⁰.

Para sua total descredibilização, este jornal não poupou referências à indiferença e aversão que as populações dispensavam aos liberais: a chegada de D. Pedro e das tropas liberais ao Porto (“no dia 7 do corrente [julho], apareceu defronte de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim a esquadilha dos rebeldes em número de 45 velas”)⁴¹ foi relatada pela *Gazeta* com grande desprezo; o descontentamento dos habitantes da cidade era tal, que o ambiente se assemelhava ao de um funeral, com as ruas desertas e as lojas fechadas; sem surpresa, era sublinhada a pouca popularidade de D. Pedro tratado com indiferença pelos portuenses⁴². É certo que as reações ao desembarque foram mistas, mas os liberais portuenses apenas se abstinham de manifestações de júbilo por temerem as represálias que ocorreriam logo que os realistas ocupassem a cidade⁴³.

³⁶ *Gazeta de Lisboa*, nº 268, 12/11/1832.

³⁷ *Gazeta de Lisboa*, nº 261, 03/11/1832.

³⁸ *Gazeta de Lisboa*, nº 170, 20/07/1832.

³⁹ *Gazeta de Lisboa*, nº 182, 03/08/1832.

⁴⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº 255, 27/10/1832.

⁴¹ *Gazeta de Lisboa*, nº 164, 13/07/1832.

⁴² *Gazeta de Lisboa*, nº 218, 14/09/1832.

⁴³ MARTELO, David – *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 18.

Contudo, no relato do portuense anónimo pode ler-se que, à chegada de D. Pedro e do seu exército ao Porto, os habitantes do campo corriam em entusiasmo para poderem ver o “Salvador da Pátria”, o “Pai de Sua Rainha”. Afirma-se mesmo que “a alegria e aclamações com que D. Pedro foi recebido na cidade excede tudo quanto a imaginação pode alcançar”⁴⁴.

Desta forma se realizava a propaganda negativa que o órgão oficial veiculava sobre os liberais que, todavia, encontra contraditório noutras fontes coevas.

2.2 Crónica Constitucional de Lisboa – diário oficial do liberalismo restaurado

Mas no desenrolar dos acontecimentos uma viragem está iminente. A 24 de julho de 1833, o exército liberal chega a Lisboa sob o comando do duque da Terceira, onde também desembarcam D. Pedro e os membros do seu governo. Desta forma, os liberais tomam a capital – a sede do poder – enquanto D. Miguel fixa o seu quartel general em Santarém. Os liberais passam, pois, a dominar os mecanismos do poder e um deles é justamente o jornal oficial, que agora volta a servir os interesses da rainha e da facção que a apoia, mudando o seu nome, no qual passa a incluir o adjetivo “Constitucional” para que não restem quaisquer dúvidas.

Com um país sob a égide liberal, D. Pedro é agora visto como o “Incomparável Libertador” que livrou o país das injustas amarras absolutistas e não mais como o líder de um “bando de rebeldes”:

Já respiramos a aura benéfica da liberdade legal; caíram os patíbulos, fugiram os verdugos; escravos ontem, somos hoje Cidadãos; já não é crime a lealdade e a honra; já podemos dar desafoço aos sentimentos da nossa fidelidade à nossa Augusta e Legítima Rainha, a Senhora Dona Maria II, e da nossa firme adesão à Carta Constitucional, código precioso das nossas liberdades, dom espontâneo e generoso do Invicto e Magnânimo Duque de Bragança, nosso Incomparável Libertador⁴⁵.

Consequentemente, o governo de D. Miguel é apelidado de “usurpador” e despótico, acusado de se servir do silêncio e temor da população como prova da sua resignação⁴⁶.

Ao contrário do que antes se verificou, os manifestos e proclamações de D. Miguel são agora substituídos pelos de D. Pedro. Destaca-se um, bastante extenso, publicado na edição de 17 de agosto de 1833, no qual D. Pedro aborda temas como a abdicação do trono português (de forma a que as relações entre Portugal e o Brasil não saíssem

⁴⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*, p. 57.

⁴⁵ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 1, 25/07/1833.

⁴⁶ *Crónica Constitucional de Lisboa*, sup. nº 3, 27/07/1833.

prejudicadas); a promulgação da Carta Constitucional a 29 de abril de 1826; a decisão de casar D. Maria da Glória com D. Miguel; as traições e ilegalidades consequentemente cometidas por seu irmão, entre outros assuntos⁴⁷.

Neste número são apresentadas as atividades diárias de D. Pedro, conquistando destaque os momentos em que o Duque de Bragança recebe “os súbditos da Rainha que haviam sofrido as maiores torturas nas prisões”⁴⁸.

Por outro lado, D. Pedro passa revistas às tropas recentemente criadas na capital, garantindo-lhes que “estava empenhado em ultimar com glória a restituição do Trono usurpado à Rainha sua Augusta Filha, e a Carta Constitucional aleivosamente roubada à valente e briosa Nação Portuguesa”⁴⁹. E a glória ultrapassará as fronteiras da capital, chegando ao norte com o fim do Cerco do Porto e a vitória dos liberais.

3. Operações Militares no Cerco do Porto

De confrontos, movimentações e estratégias militares se fez grande parte da história do Cerco do Porto.

De facto, as operações militares ocorridas durante os treze meses do cerco têm lugar de destaque na representação dos acontecimentos no periódico *Gazeta de Lisboa*.

São apresentados numerosos e extensos relatos das movimentações militares que ocorreram de forma muito pormenorizada. Ora, este nível de descrição tão minuciosa só é conseguido porque são os próprios comandantes das operações os autores das narrativas. Por exemplo, encontram-se descrições tanto do Visconde de Santa Marta (naturalmente sob a perspetiva miguelista), como do General Palmela (estas já do ponto de vista liberal). Logo, compreende-se que todos os confrontos ocorridos até ao dia 25 de julho de 1833 são relatados privilegiando a visão miguelista, sendo que, desta data em diante, as descrições estão entregues aos que combatem nas fileiras liberais.

São retratados no periódico os combates de Penafiel, Ponte de Ferreira, Souto Redondo, do dia de S. Miguel e uma série de investidas tanto realistas como liberais entre setembro de 1832 e a expedição dos liberais ao Algarve em julho de 1833, até à sua chegada a Lisboa. Por fim, apresentam-se os relatos das operações do dia 18 de agosto de 1833, data em que os miguelistas são derrotados pelo exército de Saldanha, ficando levantado o cerco da cidade do Porto.

⁴⁷ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 20, 17/08/1833.

⁴⁸ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 18, 15/08/1833.

⁴⁹ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 19, 16/08/1833.

Veja-se, então, com o pormenor e dimensão possíveis, a evolução e características destas operações militares no periódico, cotejadas com dados fornecidos pela bibliografia.

As edições correspondentes aos dias 25 e 26 de julho de 1832 contêm as informações relacionadas com o confronto que teve lugar em Penafiel, a 18 desse mês. Sendo um texto redigido pelo Visconde de Santa Marta, todas as operações e movimentos são descritos com o maior pormenor (horas, locais exatos, números de soldados), quase como se, através da sua leitura, fosse possível experienciar o acontecimento. Naturalmente, está aqui em destaque a perspetiva miguelista. Elogia-se a prestação das tropas realistas em combate (“o Batalhão portou-se dignamente, bem como o havia feito já em Vila Nova de Gaia”)⁵⁰. Faz-se referência ao vandalismo e aos roubos perpetrados pelas tropas liberais, nomeadamente no Convento de Santo António dos Capuchos, consumido pelo fogo ateado pelos “rebeldes”⁵¹. Contabilizam-se as perdas humanas e os feridos das fileiras liberais (“perderam os rebeldes 42 mortos [e] onze carros de feridos que os paisanos contaram até 35 e dos quais ontem morreram alguns em Valongo”)⁵². Não existem referências a perdas ou soldados feridos da facção miguelista, o que dá a sensação de que conseguiu uma vitória esmagadora. Contudo, no seu estudo, David Martelo, apresenta uma outra realidade:

Após umas escaramuças com civis armados e uma pequena ação contra os postos avançados miguelistas em Paredes, a força sob o comando do tenente-coronel Hodges aproximou-se de Penafiel na manhã de 18. Durante cerca de três horas e meia, as duas forças em presença envolveram-se em cerrada fuzilaria. A ação terminaria com a retirada do contingente miguelista, que na circunstância, havia perdido em combate cerca de 200 homens⁵³.

Este é, portanto, um claro exemplo do sistema de manipulação da informação utilizado pela *Gazeta de Lisboa* de modo a glorificar e hiperbolizar os feitos do exército miguelista e, ao mesmo tempo, humilhar e ridicularizar a causa liberal.

Num suplemento à edição do dia 26 de julho de 1832 são apresentados os relatos dos acontecimentos do combate de Ponte de Ferreira. O facto de se lançar uma edição suplementar unicamente para abordar assuntos relacionados com movimentações militares prova a importância da divulgação das mesmas na ótica do jornal.

⁵⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº 174, 25/07/1832.

⁵¹ *Gazeta de Lisboa*, nº 174, 25/07/1832.

⁵² *Gazeta de Lisboa*, nº 174, 25/07/1832.

⁵³ MARTELO, David – *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 22.

D. Pedro reunira em Rio Tinto uma força formada pela Infantaria 18, 4 batalhões de caçadores, 2 de infantaria, o Batalhão Inglês, os Voluntários da Rainha e alguma artilharia e cavalaria, “além de outros corpos de voluntários, e ordenou de imediato um ataque às posições realistas localizadas a Leste do Porto”, desguarnecendo por completo a Serra do Pilar e as alturas a sul de Gaia⁵⁴.

Desta feita, “depois de um fogo vivíssimo” resultou “um grande número de mortos e feridos”, não só liberais, mas, também “alguns” miguelistas (“entre eles o Tenente da Cavalaria de Chaves”)⁵⁵. Mais uma vez, não se dispensa realçar que “cada Batalhão que entrava na linha de fogo entoava os Vivas a El-Rei Nosso Senhor, o Senhor D. Miguel Primeiro”⁵⁶.

Segue-se o combate de Souto Redondo. A 7 de agosto de 1832, uma força liberal – composta pelos destacamentos de Infantaria 18 e Caçadores 2, 3 e 5, sob o comando do Conde de Vila Flor – lançou-se num ataque às posições miguelistas em Souto Redondo⁵⁷.

Também este confronto é destacado num suplemento à edição de 11 de agosto de 1833. Afirma-se, logo de início, que as tropas liberais foram rechaçadas com uma “grande perda de mortos, feridos e prisioneiros” e deixaram na posse dos miguelistas (“tropas Fiéis”) “um obus, sendo perseguidos na fuga com o maior ardor [...] e parece que não chegaram ao Porto 200 homens”⁵⁸.

As informações continuam na edição do dia seguinte, com a apresentação de um relato ainda mais pormenorizado das operações e estratégias, acompanhado da lista de mortos, feridos e contusos da 2ª Divisão do exército realista e da lista de mortos, feridos, presos e desertores “rebeldes” em resultado do confronto. David Martelo aponta “70 mortos, 105 feridos e 234 prisioneiros e extraviados”⁵⁹ nas baixas liberais deste dia. A *Gazeta de Lisboa* faz basicamente a mesma contabilização de baixas “rebeldes”, apresentando um total de 329 perdas⁶⁰. Naturalmente, quando a prestação dos liberais era inferior à dos miguelistas, não existia a necessidade de manipulação dos números ou dos factos.

Seguidamente, a 29 de setembro de 1832, inicia-se a grande e famosa ofensiva do dia de S. Miguel e a resistência liberal começava a mostrar-se um incómodo para as

⁵⁴ MARTELO, David – *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 23.

⁵⁵ *Gazeta de Lisboa*, sup. nº 175, 26/07/1832.

⁵⁶ *Gazeta de Lisboa*, sup. nº 175, 26/07/1832.

⁵⁷ MARTELO, David – *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 24.

⁵⁸ *Gazeta de Lisboa*, nº 189, 11/08/1832.

⁵⁹ MARTELO, David – *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 25.

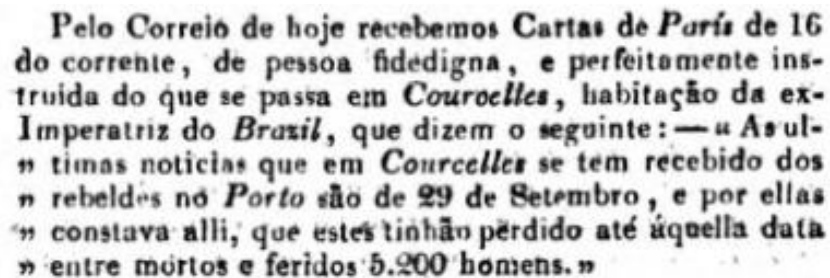
⁶⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº 190, 13/08/1832.

hostes miguelistas. Este momento marcou o início da inversão das forças no terreno, que levaria à vitória das tropas liberais⁶¹.

Este confronto destaca-se pela sua violência, particularmente na Rua do Prado, que foi, mais tarde, rebatizada de Rua 29 de setembro e, posteriormente, de Rua do Heroísmo. Neste dia:

Cerca de 10.000 homens do exército de D. Miguel, comandados pelo General Gaspar Teixeira, atacam três setores distintos das linhas do Porto, sendo repelidos pelo exército liberal sitiado, aproximadamente com o mesmo número de homens⁶².

Na *Gazeta de Lisboa* encontram-se menções a esta ofensiva numa carta vinda de Paris:



Pelo Correio de hoje recebemos Cartas de Paris de 16 do corrente, de pessoa fidedigna, e perfeitamente instruida do que se passa em Courcelles, habitação da ex-Imperatriz do Brazil, que dizem o seguinte: — « As ultimas noticias que em Courcelles se tem recebido dos rebeldes no Porto são de 29 de Setembro, e por ellas constava alli, que estes tinham perdido até aquella data entre mortos e feridos 5.200 homens. »

Fonte: *Gazeta de Lisboa*, nº 257, 30/10/1832 (imagem nº 1).

Também de uma carta de um residente do Porto chegam mais notícias. O remetente insiste na ideia de que as linhas dos liberais que saíram mais afetadas foram as formadas por soldados ingleses e franceses, que morreram ou saíram feridos em maior número.

Embora se saiba que esta ofensiva constituiu um forte revés para os realistas, o discurso de glorificação realista não desarmou: “as tropas do Senhor Dom Miguel combateram com o maior denodo”. Para colocar em evidência a inferioridade e medo que sentiam os liberais, acrescenta-se que o “Barco de Vapor Eco foi mandado para dentro do rio esta noite para o serviço de D. Pedro no caso que se visse obrigado a fugir”⁶³. Assim, a ação militar e coragem dos “rebeldes” são sempre inferiorizadas (“toda

⁶¹ FERRÃO, António — *Reinado de D. Miguel, Volume I, O Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Comissão de História Militar, 1940, p. 387.

⁶² MARTELO, David — *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 46.

⁶³ *Gazeta de Lisboa*, nº 257, 30/10/1832.

a tropa de D. Pedro se acha bastante aterrada, pois [...] na ação de 29 os oficiais mortos e feridos que tiveram foram 156”)⁶⁴.

Apresenta-se também, no periódico, informação detalhada acerca da surtida liberal a sul do rio Douro, a 14 de novembro de 1832. Mais uma vez, destaca-se este acontecimento, reservando-se um suplemento para a sua descrição.

Contavam-se quatro batalhões da tropa liberal, com cerca de 2000 homens, que passaram o Douro até Quebrantões, em Vila Nova de Gaia, para se unirem à guarnição do Convento da Serra. O objetivo era destruir as baterias miguelistas da margem esquerda do rio⁶⁵. Todavia, segundo a *Gazeta*, mais uma vez os “rebeldes” não tiveram hipótese contra o fortíssimo exército de D. Miguel:

A's seis horas da manhã começou hum vivo fogo de fuzilaria e artilheria, e ao mesmo tempo fizerão hum desembarque junto á *Furada* com o objecto de flanquear a esquerda da linha, e apoderar-se das ditas Baterias. Como porém os caminhos de *Villa Nova* estão fortemente intrincheirados, os rebeldes apesar dos maiores esforços forão repellidos e derrotados em todos os pontos, e obrigados depois de tres horas de fogo a fugir em completa desordem, deixando no campo muitissimos mortos, grande quantidade d'armas, e mais de cinquenta prisioneiros. A nossa perda foi mui pequena em comparação da do inimigo.

Fonte: *Gazeta de Lisboa*, sup. nº 273, 17/11/1832 (imagem nº 2).

Também no suplemento ao número 276 esta ideia é de novo enfatizada, particularmente o reconhecimento de uma “grande derrota que os rebeldes sofreram ao sul do Douro, causada pelas valentes tropas de Sua Majestade”, que correram e castigaram as tropas de D. Pedro. Consequentemente, registaram-se muitas perdas para os liberais (“tendo o inimigo deixado o campo aberto de cadáveres, de armas, e de apetrechos de guerra, vendo-se montes de mais de 20 homens mortos, incluindo muitos Oficiais”), enquanto que do lado realista saíram feridos apenas 6 soldados⁶⁶.

As informações fornecidas pelo jornal acerca desta surtida liberal são confirmadas por David Martelo. Apesar de, primeiramente, os liberais terem conseguido fazer as tropas realistas recolherem a posições recuadas, a verdade é que, à medida que o conflito se foi desenrolando, os realistas recompuseram-se da surpresa e lançaram “no

⁶⁴ *Gazeta de Lisboa*, nº 273, 17/11/1832.

⁶⁵ *Gazeta de Lisboa*, sup. nº 273, 17/11/1832.

⁶⁶ *Gazeta de Lisboa*, sup. nº 276, 21/11/1832.

campo de batalha efetivos superiores” e “a ação liberal foi perdendo ímpeto”, resultando em “20 mortos, 44 feridos e 30 prisioneiros”⁶⁷.

Outro confronto que se destaca foi o ocorrido a 24 de janeiro de 1833, quando os liberais se lançam num ataque às fortificações miguelistas do Monte Castro. Segundo a *Gazeta*, foi mais uma surtida falhada por parte dos liberais, pois foram “repelidos com uma energia incrível, deixando um grande número de mortos no campo e vários prisioneiros”⁶⁸.

Já na edição de 25 de maio de 1833, expõem-se os acontecimentos ocorridos a 16 de maio. Na véspera das comemorações da Revolução do Porto de 1828, a cidade é bombardeada pelas tropas miguelistas, causando grande transtorno:

o seguinte: — «A Artilheria da nova Fortaleza, feita no sitio do Castello de Gaya, lançou para a Cidade do Porto huma multidão de bombas na véspera do anniversario do infausto dia 16 de Maio de 1828, e hontem a Peça grande, que para alli foi conduzida, rompeo o fogo sobre a mesma Cidade, acompanhada de todas as mais Baterias do Sul e Norte, o qual durou successivamente dia e noite sem intermissão; falla-se de bastantes estragos, e alguns incendios, bem como gente morta na Cidade.»

Fonte: *Gazeta de Lisboa*, nº 123, 25/05/1833 (imagem nº 3).

Na edição correspondente ao dia 22 de julho, surgem finalmente notícias acerca da expedição dos liberais para o Algarve. Tão perto se encontrava a tomada de poder da facção liberal que a *Gazeta* “absolutista” aproveitava para, por uma última vez, criticar a existência e ação dos apoiantes de D. Pedro.

Os “rebeldes” eram acusados de serem os responsáveis pela devastação, guerra, peste e todos os flagelos que assombraram o reino. Contudo, afirma-se que a população lhes resistia, apesar da sua presença circunscrita “no âmbito de uma cidade, onde se [achavam] sitiados por espaço de mais de um ano”⁶⁹.

Faz-se alusão à expedição que partiu do Porto no dia 21 de junho e desembarcou no Algarve, na praia de Cacela, no dia 24, contando com 2500 homens. Os liberais teriam sido recebidos com o fogo de alguns voluntários realistas ali guarnecidos, verificando-se a passagem de alguns franceses liberais para as fileiras realistas⁷⁰.

⁶⁷ MARTELO, David — *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*, p. 63.

⁶⁸ *Gazeta de Lisboa*, nº 25, 29/01/1833.

⁶⁹ *Gazeta de Lisboa*, nº 171, 22/07/1833.

⁷⁰ *Gazeta de Lisboa*, nº 171, 22/07/1833.

Por outro lado, as tropas de D. Pedro são acusadas de cometer atrocidades contra a população algarvia:

Enquanto a expedição rebelde atacava o Algarve, no mesmo dia 24 em que ela ali desembarcou, um bando de salteadores, comandados por um certo D. Manuel Martinani, Espanhol, [...] cometeu os mais horrorosos atentados, soltando todos os presos, queimando o telégrafo, roubando os habitantes, prendendo Autoridades, e dizendo-se com poderes do Governo rebelde do Porto para cometer tais atrocidades e atentados⁷¹.

Ainda assim, a ordem foi reposta. Segundo a *Gazeta de Lisboa*, mal “aqueles aventureiros abandonaram as terras que tinham invadido, os povos despedaçaram os autos revolucionários e ratificaram o reconhecimento do Legítimo Governo” de D. Miguel⁷².

Num último esforço de preservar o regime absolutista e a governação de D. Miguel, o Duque de Cadaval redige uma proclamação ao exército e aos habitantes de Lisboa, incentivando-os a correr às armas em nome da “Religião Santa” e do “Legítimo Rei”⁷³.

Chegavam, agora, finalmente, os ventos da viragem tão ansiados pelos apoiantes do liberalismo e pelo seu líder D. Pedro.

A edição do dia 25 de julho de 1833 abre com uma ode a D. Maria II, “Rainha Constitucional dos Portugueses”⁷⁴, sinal que se constituía já um governo constitucional.

Apresenta-se o resumo oficial das operações da expedição às ordens do Duque da Terceira desde o desembarque no Algarve até à entrada do exército liberal na capital. Esta é uma narração extensa e profundamente detalhada que se prolonga por várias edições da *Crónica Constitucional de Lisboa*⁷⁵.

À medida que o tempo passava, a situação do exército miguelista mostrava-se cada vez mais precária e tomada por uma incapacidade que se revelaria irreversível.

Surgem notícias de que, no dia 9 de agosto, as tropas fiéis a D. Miguel retiram desde a sua extrema direita no norte do Douro até ao Carvalhido, e abandonam os redutos do Castro, Ervilha e Serralves. Perante esta situação, Saldanha manda ocupar “as posições pelo inimigo desamparadas”. Em consequência, “o Exército fiel da Rainha recebia, sem o menor impedimento, todo o municiamento de materiais de guerra e todos os géneros de consumo”⁷⁶. Nesta conformidade, a situação no Porto sofre a reviravolta há 13 meses ansiada: a “maior abundância existe hoje no Porto, graças à generosidade

⁷¹ *Gazeta de Lisboa*, nº 171, 22/07/1833.

⁷² *Gazeta de Lisboa*, nº 171, 22/07/1833.

⁷³ *Gazeta de Lisboa*, sup. nº 172, 23/07/1833.

⁷⁴ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 1, 25/07/1833.

⁷⁵ Este resumo redigido pelo Duque da Terceira localiza-se nas edições correspondentes aos dias 3, 5 e 6 de agosto de 1833 do periódico *Crónica Constitucional de Lisboa*.

⁷⁶ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 20, 17/08/1833.

dos rebeldes” e os navios liberais “a toda a hora do dia desembarcam munições e mantimentos” de toda a espécie⁷⁷.

Por fim, a derradeira operação militar que levantou o Cerco do Porto, veio a acontecer no dia 18 de agosto de 1833. O periódico faz referência à “grande e completa derrota que os rebeldes experimentaram nas imediações da Cidade do Porto [em S. Mamede de Infesta]”, que se ficou a dever “ao valor do bravo Exército Libertador” e à “perícia” com que o General Conde da Saldanha dirigiu as operações do dia⁷⁸.

Assim terminava o prolongado e doloroso cerco da cidade do Porto:

Finalmente, o Porto ficou de todo e inteiramente livre; as suas linhas de defesa não precisaram mais de ocupar a vigilância e os braços dos leais, e constantes cidadãos defensores; e cada um, portanto, foi entregar-se a seus domésticos trabalhos, e a gozar com sua amável família da paz ganhada à custa de tantos e penosos sacrifícios⁷⁹.

4. Socorro aos soldados feridos

A exigência e violência dos confrontos militares exercidas nas tropas das duas fações rivais, combinada com a escassez de víveres e propagação de epidemias, resultou num grande número de soldados gravemente feridos e doentes a necessitarem de cuidados nos hospitais completamente lotados.

Em 1832, na cidade do Porto, existiam quatro hospitais principais: o Hospital Civil da Misericórdia (ou de Santo António), o Hospital da Ordem Terceira do Carmo, o da Ordem de S. Francisco e o da Caridade⁸⁰ que se encontravam “cheios de feridos e doentes, carecendo do mais necessário”⁸¹. Como previsível, o tratamento aí dispensado aos soldados estava longe de ser o desejado. Esta situação é verificável através deste excerto de um bilhete encontrado na algibeira de um soldado liberal morto em batalha:

⁷⁷ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 20, 17/08/1833.

⁷⁸ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 24, 22/08/1833.

⁷⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*, p. 170.

⁸⁰ PEREIRA, Fátima Patrícia Silva — *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*, p. 60.

⁸¹ OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen*, p. 204.

« Amigo e Senhor, = Peço-lhe o obsequio de receber
« a minha prestação da mão do Quartel Mestre, e se
« nessa occasião elle lhe poder dar huma peça, em trôco
« de 7\$500 far-me-ha o obsequio de a entregar ao Ama-
« ral, e o resto espero, que mo demore o menos possi-
« vel; porque todo o meu dinheiro são 20 réis: sei as
« suas circumstancias, e per isso he escuzado fallarmos
« em mais nada. = Mudei de Hospital, e segundo me
« parece, verme-hei na precisão de fugir daqui breve-
« mente acossado pela fome, e máo tratamento. = Adeos
« até hum dia de desesperação. = 11 de Novembro de
« 1832. = (Assignado) J. V. B. »

Fonte: *Gazeta de Lisboa*, nº 280, 26/11/1832 (imagem nº 4).

O periódico *Gazeta de Lisboa* apresenta, de forma proeminente, uma das soluções para esta dura realidade. Em dezenas de edições são apresentadas listas de doações dos mais variados objetos e bens em auxílio dos soldados doentes e feridos do exército por parte da população de várias localidades do país. Esta situação é mais frequente no período em que o jornal projeta apoio à causa de D. Miguel, pois quando os liberais tomam o poder, estas listas de donativos praticamente desaparecem. Ainda assim, são frequentemente publicadas até 25 de julho de 1833.

Há registo da doação de lençóis, panos para curativo, fios, panos de linho, travesseiros, candeeiros, garfos, fronhas, camisas, toalhas, colchões, cântaros, ligaduras, cobertores, mantas, malgas, aparadeiras, ataduras para sangria novas, dinheiro, sapatos, entre outros artigos⁸².

As listas tendem a ser longas e muito explícitas, contendo os nomes dos doadores (embora também haja anónimos) e as quantias dos objetos doados:

*Relação das Pessoas que entregárão na Commissão do-
notivos de Roupas, e outros artigos, a beneficio dos
doentes do Exercito, desde o primeiro até ao ultimo
dia da semana finda no 1.º de Dezembro corrente;
a saber:*

Huma anonyma, 2 arrateis e 12 onças de fios. Fran-
cisco Maria d'Almada, 8 ligaduras d'algodão novas de
6 varas, 18 onças de panno para curativo, e 3 arrateis
de fios. D. Caetana Luiza Joaquina Villas Boas Maia,
11 arrateis de fios, 6 barretes d'algodão novos, 6 ata-
duras para sangria novas, e 12 chumaços para curativo.
A Abbadeça e mais Religiosas do Real Convento de San-
to Crucifixo, 2 arrateis e 9 onças de fios. Huma anony-

⁸² Esta informação encontra-se dispersa em várias edições do periódico até ao primeiro número da *Crónica Constitucional de Lisboa*, correspondente ao dia 25 de julho de 1833.

Fonte: *Gazeta de Lisboa*, nº 287, 04/12/1832 (imagem nº 5).

Parece ser objetivo do periódico, ao expor esta informação, incentivar a população a efetuar tais doações ao exército. Assim teriam o reconhecimento de ver o seu nome no jornal oficial do país e, ao mesmo tempo, os hospitais recebiam meios para prestar a tão urgente assistência.

Revelou-se, nesse caso, uma onda de solidariedade e sentimento de dever para com a nação, visto que “muitas famílias nacionais e estrangeiras [se] interessavam pela sorte dos desgraçados, enviando roupas para o penso dos feridos, que as crianças transformavam em fios”⁸³.

Por outro lado, os hospitais eram alvo de constantes inspeções, de forma a apurar se o tratamento dos enfermos era feito de forma correta e segura, mas também como maneira de controlar os possíveis abusos de que os doentes poderiam ser vítimas⁸⁴.

5. O sofrimento de uma população sitiada

Escusado será dizer que o povo portuense foi a principal vítima do cerco da cidade.

Durante mais de um ano, os habitantes do Porto encontraram-se reduzidos a um estado de opressão e miséria do qual não há exemplo na história de outros cercos⁸⁵.

A partir do momento em que a cidade fica cercada, a entrada de géneros é muito condicionada, pois os “mantimentos só se podiam obter pelo mar e todos os dias se receava que a barra se inutilizasse ou pela superioridade da esquadra de D. Miguel, ou pelo inverno”⁸⁶ rigoroso que aumentaria a força do mar.

Portanto, um dos maiores suplícios que fustigava a população no tempo do cerco era a fome. Encontram-se referências a este flagelo em dezenas de edições do periódico (em maior quantidade na secção da correspondência de leitores), realçando, principalmente, escassez de pão e carne, bem como de carvão e lenha⁸⁷.

Não constam descrições de situações específicas, mas, sempre que alguém conseguia escapar da cidade cercada para outra localidade ou algum soldado desertava, teciam-se este tipo de narrações de sofrimento em cartas. A *Gazeta de*

⁸³ OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen*, p. 200.

⁸⁴ PEREIRA, Fátima Patrícia Silva — *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*, p. 63.

⁸⁵ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 43, 19/02/1833.

⁸⁶ OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen*, p. 188.

⁸⁷ *Gazeta de Lisboa*, nº 261, 03/11/1832.

Lisboa dava conta deste sofrimento generalizado e divulgava algumas soluções adotadas para o combater.

Constava, então, que no Porto não podia ser maior a escassez de víveres⁸⁸. Dentro da cidade, as lojas dedicadas à venda de pão e farinhas, vinho, carnes e peixe, rapidamente se iam esvaziando⁸⁹. Segue-se, sem surpresa, o aumento do preço dos produtos, sendo o bacalhau maioritariamente reservado para alimentar as tropas.

O desespero começava a revelar-se: em alguns casos vendeu-se carne de cavalo, mas tão magra e tão negra, de fome ou de doença, que poucas pessoas se deixavam iludir pela sua compra⁹⁰.

Ao mesmo tempo, as epidemias espalhavam-se facilmente.

O início de 1833 trouxe ao Porto reforços estrangeiros para auxiliarem o exército liberal. Estes homens faziam viagem já desde Falmouth, verificando-se a fraca condição e morte de muitos ainda a bordo. Sem ter sido realizada a devida inspeção, permitiu-se que todos os elementos do navio desembarcassem e que os doentes fossem transportados para os hospitais militares. O primeiro registo de portuenses infetados com a doença surge passados apenas seis dias⁹¹. Tratavam-se de tifos atacavam fortemente e matavam em 24 horas, não havendo medicamentos para tratar estas doenças infecciosas⁹².

A *colera morbus*, particularmente, foi a doença epidémica que mais vítimas causou (“finaram mais de duas mil criaturas”)⁹³, pois “desde o ataque da enfermidade até ao falecimento só mediava breve intervalo” e era provocada pela estagnação das águas e pela falta de higiene que se verificava no Porto:

Os estragos causados pela doença no Porto, diz outra carta da mesma data, escripta de Villa Nova, de-rão alli lugar ao recio de que fosse a colera morbus, por isso que desde o ataque da enfermidade até o fallecimento só mediava breve intervallo. Examinados pelos Facultativos os symptomas do mal, assim como os signaes que apresentavão os cadaveres dos que havião succumbido a elle, assentárão, que a molestia que prevalecia era hum Tyfo produzido pela estagnação das aguas, e pela falta de asseio, que ha no Porto: causando a

⁸⁸ *Gazeta de Lisboa*, nº 273, 17/11/1832.

⁸⁹ PEREIRA, Fátima Patrícia Silva — *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*, p. 26.

⁹⁰ OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen*, p. 221.

⁹¹ PEREIRA, Fátima Patrícia Silva — *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*, p. 68.

⁹² *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 44, 20/02/1833.

⁹³ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*, p. 171.

Fonte: *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 48, 25/02/1833 (imagem nº 6).

Esta epidemia atingia não só os humanos, mas também os animais, que se acumulavam mortos pelas ruas, dando origem a um “cheiro fétido e doentio”, até mesmo dentro das habitações, devido à falta de asseio na limpeza dos estrumes⁹⁴.

Numa tentativa de combater a doença e os focos de contaminação nivelaram-se os fossos, limpavam-se as ruas da cidade e procedeu-se ao enterramento tão célere quanto possível dos cadáveres de animais⁹⁵. Além disso, os talhos da cidade passaram a ser sujeitos a limpezas diárias por ordem da Comissão Sanitária. Também nas estalagens, as cozinhas, despensas e salas de jantar tinham de permanecer limpas, assim como as tabernas e botequins⁹⁶.

Num cenário brutal de fome e doença, criam-se iniciativas de solidariedade para combater ao caos. Destaca-se, na *Gazeta*, a instituição da Associação “Sopa Económica”, em fevereiro de 1833. A sua ação principal incidia na distribuição aos mais pobres de sopas misturadas com arroz e especiarias, pois os médicos consideravam que este tipo de receita possuía a propriedade de evitar a propagação infecciosa⁹⁷. Como auxiliares da ação desta associação, existiam iniciativas sociais mais localizadas. Por exemplo, no Convento das Carmelitas estabeleceu-se a doação da sopa económica, “presidida e administrada por dignos cidadãos, que com toda a caridade distribuíam rações com as quais alimentavam diariamente mais de oito mil dos seus irmãos pobres”⁹⁸.

Embora não esteja explícito no periódico, o medo tornou-se também parte do semblante da população. Explosões e tiros eram ocorrências muito frequentes que faziam com que mulheres e crianças aterrorizadas fugissem de casa “e tudo era confusão e horror à espera do primeiro estrondo da artilharia devastadora”⁹⁹.

⁹⁴ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 48, 25/02/1833.

⁹⁵ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 48, 25/02/1833

⁹⁶ PEREIRA, Fátima Patrícia Silva — *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*, p. 71.

⁹⁷ *Crónica Constitucional de Lisboa*, nº 72, 25/03/1833.

⁹⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*, p. 98.

⁹⁹ OWEN, Hugh — *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen*, p. 189.

Conclusão

O periódico *Gazeta de Lisboa* é uma fonte histórica fundamental para o estudo do cerco da cidade do Porto e da guerra civil de 1832-1834.

Fica patente que a história do periódico acompanha a evolução dos acontecimentos históricos. Sendo um mecanismo do poder, primeiro nas mãos de um dos lados e depois nas do outro, atravessa este período como órgão do regime absolutista de D. Miguel e depois do liberalismo de D. Pedro que triunfa na guerra fratricida.

Fornece detalhadas descrições das movimentações militares de ambos os exércitos e sua condição, mas como veículo de propaganda que é, apresenta um registo de forte parcialidade.

É também um diário do sofrimento de uma população sitiada, ressaltando como principais flagelos a fome; a dificuldade dos hospitais em darem vazão ao número de feridos (em consequência dos combates militares) e aos doentes afetados pelas epidemias; a elevada mortalidade; o desespero e o medo de civis que se viram envolvidos no meio de uma guerra que parecia não ter fim.

O cotejo da informação retirada do periódico com a bibliografia torna-se, de facto, fundamental para o sucesso da pesquisa e para a elaboração de uma representação tão fiel quanto possível do Cerco do Porto.

A seleção do estado da arte revelou-se crucial, não só na verificação da veracidade da informação da *Gazeta*, mas também na contextualização e complementação dos dados fornecidos pelo jornal.

Portanto, foi possível dar resposta a todas as questões de investigação colocadas inicialmente. Contudo, seria ambicioso afirmar que se abordaram inteiramente todos os problemas orientadores deste percurso.

Relativamente ao desenvolvimento da problemática, existe a perfeita noção de que diversos aspetos foram tratados com uma certa superficialidade. Esta situação verificou-se, por vezes, devido à falta de informação na fonte – no que diz respeito a aspetos muito específicos – nomeadamente de situações concretas ocorridas no quotidiano na população portuense durante o cerco da cidade.

Adicionalmente, o tempo para análise de mais fontes narrativas e mais bibliografia foi bastante limitado, o que não permitiu colmatar certas lacunas.

Ainda assim, o balanço deste trabalho de investigação é positivo, tendo sido recolhida e analisada bastante informação concernente ao tema, apesar das dificuldades e limitações já mencionadas.

Fontes e Bibliografia

Fonte Hemerográfica

Gazeta de Lisboa, Lisboa: Imprensa Nacional (1832-1833). Disponível *on-line* em <<https://catalog.hathitrust.org/Record/009408725>> [acesso em 19/10/2017].

Fontes Narrativas

O Cerco do Porto: contado por uma testemunha, o Coronel Owen (pref. e notas de Raul Brandão). Porto: Renascença Portuguesa, 1920.

O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense. Porto: Universidade do Porto, 2010.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes — *A Cidade Liberal: da Revolução à estabilização do Regime*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

DÓRIA, António Álvaro — *Movimentos Políticos do Porto no Século XIX*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1961.

FERRÃO, António — *Reinado de D. Miguel, Volume I, O Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Comissão de História Militar, 1940.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

MARTELO, David — *Cerco do Porto 1832-1833. A Cidade Invicta*. Lisboa: Tribuna da História, 2001.

PEREIRA, Fátima Patrícia Silva — *O quotidiano de uma cidade cercada: o Porto no tempo do Cerco (1832-1833)*. Porto: [Edição do Autor], 2014. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à FLUP).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal – Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. Lisboa: Verbo, 1988. Vol. VIII.

SILVA, Francisco Ribeiro da — “Introdução” in *O Cerco do Porto em 1832 para 1833/ por um portuense*. Porto: Universidade do Porto, 2010.